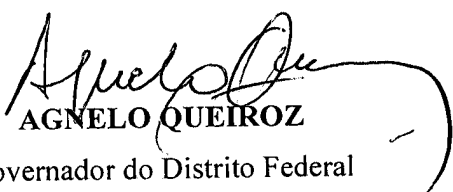
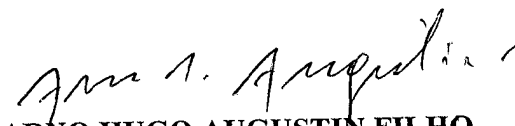


# **TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

O Distrito Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda acordam os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Distrito Federal para o período 2014-2016.

  
**AGNELO QUEIROZ**  
Governador do Distrito Federal

  
**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
Secretário do Tesouro Nacional

## I – CRITÉRIOS GERAIS

### ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

O Programa considera a execução orçamentária relativa às administrações direta e indireta com todas as fontes de recursos do Distrito Federal, a saber:

Quadro I - 1 – Demonstrativo das fontes de recursos do Distrito Federal

Fonte de Recursos	Especificação
100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO
101	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS E DF
102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
103	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
105	TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
107	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS
108	COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
109	TRANSF IMP SOBRE PROD INDUST-ESTADOS EXPORTADORES
110	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS
111	TAXA DE EXPEDIENTE
112	TAXA DE CEMITÉRIO
114	TAXA LIMPEZA PÚBLICA
115	TAXA DE VISTORIA DE EST.REG.SOB SID
117	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
120	DIRETAMENTE ARRECADADOS
121	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)
122	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB
123	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS
124	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS COMPLEMENTAÇÃO AO FUNDEB
125	TRANSFERÊNCIA PARA O DESPORTO NÃO-PROFISSIONAL
126	RECURSOS DE LOTERIA SOCIAL
130	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO
131	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF
132	CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS (NÃO-INTEGRANTES DA ESTRUTURA DO GDF)
134	CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
135	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
136	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
138	RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
140	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
141	RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
142	DEPÓSITOS JUDICIAIS, ART. 1º, DA LEI N.º 10.482
143	DEPÓSITOS JUDICIAIS, ART. 2º DA LEI N.º 10.482
144	UTILIZAÇÃO DE DIREITOS JUDICIAIS – LCNº 52/97
145	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL / CRECHE
146	PROGRAMA NAC. APOIO AO TRANSP. ESCOLAR-PNATE
147	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROGRMA BRASIL ALFABETIZADO
148	COTA PARTE CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO
149	RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FAZENDO ESCOLA

Fonte de Recursos	Especificação
150	TAXA FISCALIZAÇÃO SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO -TFS
151	TAXA FISCALIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HIDRÍCOS -TFU
152	CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA
153	CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE BOLSA UNIVERSITÁRIA
156	RECURSOS DO REGIME SIMPLIFICADO DE TRIBUTAÇÃO SOBRE FORNECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS EM BARES, RESTAURANTES E SIMILARES -FITUR
157	COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS
158	RECURSOS DO SISTEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL
159	RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ -ESCONLAR PNAP
160	RECURSOS DECOR. DE TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA
161	RECURSOS DE DIVIDENDOS
162	APOIO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS
168	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR -ODIR
169	OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO -ONALT
170	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE FUNDOS
171	RECURSOS PRÓPRIOS DOS FUNDOS ESPECIAIS
172	RECURSOS DECORRENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI Nº 4.866/2012
173	RECEITA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DECORRENTE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL NO GRUPO AMARAL
174	RECURSOS DE PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC
175	APOIO FINANCEIRO SUPLEMENTAR À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
176	APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)
177	APOIO FINANC P/CONST. UNID EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINF
206	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDA SOCIAL DO SERVIDOR DO PODER EXECUTIVO.
207	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)
210	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS
217	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
220	DIRETAMENTE ARRECADADOS
221	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)
223	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS
231	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF
232	CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS (NÃO-INTEGRANTES DO GDF)
233	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES
235	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
236	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
237	MULTAS PREVISTA NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
254	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
255	CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
261	RECURSOS DE DIVIDENDOS
264	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRIO FEDERAL PARA O RPPS
265	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRIO FEDRAL PARA O RPPS
267	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS



Fonte de Recursos	Especificação
300	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO
301	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL – EXERCÍCIOS ANTERIORES
302	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – EXERCÍCIOS ANTERIORES
303	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - EXERCÍCIOS ANTERIORES
305	TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES
307	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)
308	COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
309	TRANSF IMP SOBRE PROD INDUST-ESTADOS EXPORTADORES- EXERCÍCIOS ANTERIORES
310	ALIENAÇÃO DE AÇÕES - EXERCÍCIOS ANTERIORES
311	TAXA DE EXPEDIENTE - EXERCÍCIOS ANTERIORES
312	TAXA DE CEMITÉRIO- EXERCÍCIOS ANTERIORES
314	TAXA LIMPEZA PÚBLICA - EXERCÍCIOS ANTERIORES
315	TAXA DE VISTORIA DE EST.REG.SOB SID
317	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
320	DIRETAMENTE ARRECADADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
321	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS) - EXERCÍCIOS ANTERIORES
322	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB - EXERCÍCIOS ANTERIORES
323	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS- EXERCÍCIOS ANTERIORES
325	TRANSFERÊNCIA PARA O DESPORTO NÃO-PROFISSIONAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES
331	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF - EXERCÍCIOS ANTERIORES
332	CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS (NÃO-INTEGRANTES DO GDF) - EXERCÍCIOS ANTERIORES
334	CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - EXERCÍCIOS ANTERIORES
335	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
336	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
338	RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - EXERCÍCIOS ANTERIORES
340	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EXERCÍCIOS ANTERIORES
341	RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA- EXERCÍCIOS ANTERIORES
345	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL / CRECHE- EXERCÍCIOS ANTERIORES
346	PROGRAMA NAC. APOIO AO TRANSP. ESCOLAR-PNATE
347	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
348	COTA PARTE CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO - EXERCÍCIOS ANTERIORES
349	RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FAZENDO ESCOLA - EXERCÍCIOS ANTERIORES
350	TAXA FISCALIZAÇÃO S/SERVIÇOS PÚBL.ABAST.AGUA E ESG – TFS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
351	TAXA FISCALIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS –TFU - EXERCÍCIOS ANTERIORES
352	CONTR.PROG.INC. A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - EXERCÍCIOS ANTERIORES
353	CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE BOLSA UNIVERSITÁRIA - EXERCÍCIOS ANTERIORES
356	REC.REG.SIMPL.DE TRIB.FORN.ALIM.E BEBIDAS EM BARES, RESTAURANTES E SIMILARES –FITUR –EXERCÍCIOS ANTERIORES
357	COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

<b>Fônte de Recursos</b>	<b>Especificação</b>
358	RECURSOS DO SISTEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES
359	PROGRAMA NACIONAL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ – ESCOLAR PNAP - EXERCÍCIOS ANTERIORES
360	RECURSOS DECOR. DE TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA
361	RECURSOS DE DIVIDENDOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
362	APOIO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
368	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONTRUIR –ODIR
369	OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO –ONALT
370	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE FUNDOS
371	RECURSOS PRÓPRIOS DOS FUNDOS ESPECIAIS
372	RECURSOS DECORRENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LEI Nº 4.866/2012
373	RECEITA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DECORRENTE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL NO GRUPO AMARAL
374	RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC
375	APOIO FINANCEIRO SUPLEMENTAR À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
376	APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)
406	CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES E DOS TRABALHADORES PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR EXECUTIVO – EXERCÍCIOS ANTERIORES.
407	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS- EXERCÍCIOS ANTERIORES
417	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
420	DIRETAMENTE ARRECADADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
421	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS) - EXERCÍCIOS ANTERIORES
423	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS- EXERCÍCIOS ANTERIORES
431	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF - EXERCÍCIOS ANTERIORES
432	CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS (NÃO-INTEGRANTES DO GDF) - EXERCÍCIOS ANTERIORES
433	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SE SERVIDORES - EXERCÍCIOS ANTERIORES
435	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS- EXERCÍCIOS ANTERIORES
436	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS- EXERCÍCIOS ANTERIORES
437	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – EXERCÍCIOS ANTERIORES
454	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL –EXERCÍCIOS ANTERIORES
455	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – EXERCÍCIOS ANTERIORES
461	RECURSOS DE DIVIDENDOS
464	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PARA O RPPS
465	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL PARA O RPPS
466	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO PODER EXECUTIVO PARA RPPS –EXERCÍCIOS ANTERIORES
467	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS –EXERCÍCIOS ANTERIORES

As receitas e despesas de natureza previdenciárias são consideradas de forma a apurar o custo do sistema previdenciário para o tesouro distrital, conforme descrito na Seção IV.

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como suas correspondentes despesas, não integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental (SIGGO) e não fazem parte do Programa.



## **REGIMES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS E DESPESAS**

Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/64, serão consideradas as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício financeiro.

### **ÍNDICE DE PREÇOS**

Para todos os efeitos, o índice de preços utilizado no Programa é o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) apurado pela Fundação Getúlio Vargas. Ao se tratar de fluxos de receitas e despesas, serão utilizados índices médios anuais. No caso de estoques de dívida, os índices acumulados ao final de cada exercício.

## **II – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO PROGRAMA**

---

### **ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Montante da receita proveniente da conversão em espécie de bens e direitos, decorrente de sua alienação total ou parcial, inclusive por meio de privatização.

### **AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDA**

Despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida financeira, discriminadas entre intralimite e extralimite.

As amortizações intralimite referem-se às dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. As demais são consideradas extralimite.

### **ATRASOS / DEFICIÊNCIA**

Montante da diferença entre a necessidade de financiamento bruta e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos). Valores positivos são indicativos de insuficiência de fontes de financiamento, acarretando a necessidade de utilizar disponibilidades financeiras de exercícios anteriores ou de incorrer em postergação do pagamento de compromissos. Valores negativos indicam que a receita líquida e as fontes de financiamento foram mais do que suficientes para honrar as despesas financeiras e não financeiras. Uma vez que tais despesas são apuradas pelo regime de competência, não há correspondência plena com as disponibilidades de caixa geradas no exercício.

### **CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS**

Montante das despesas correspondentes ao repasse de recursos destinados à capitalização de fundo de previdência.

### **CONTA GRÁFICA**

Montante correspondente à amortização extraordinária prevista no contrato de refinanciamento da dívida ao amparo da Lei nº 9.496/97 e seus termos aditivos.

### **DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO**

Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101,

de 2000. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários – 5ª. Edição, pág. 53<sup>1</sup>)

Essas despesas consideram também os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, conforme estabelecido no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### **DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS**

Montante das despesas com transferências constitucionais e legais para Municípios, correspondente à repartição das receitas (principal e acessórias) de ICMS, IPVA, IPI-Exportação, CIDE, bem como das despesas executadas em decorrência da aplicação do disposto no §1º do art. 20 da Constituição Federal.

O montante das demais despesas com transferências a Municípios compõe as outras despesas correntes e de capital (OCC).

Para os Estados que possuem fundo de combate à pobreza, não há repartição tributária sobre as receitas previstas no § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal.

#### **DESPESAS NÃO FINANCEIRAS**

Montante das despesas orçamentárias empenhadas (equivalentes ao somatório das despesas liquidadas e restos a pagar não processados), excluídas as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios, encargos e amortização de dívidas, aquisição de títulos de crédito, capitalização de fundos previdenciários e despesas para financiar o saneamento de bancos estaduais.

#### **DÍVIDA FINANCEIRA**

Saldo das dívidas assumidas por meio de contrato ou de emissão de títulos, exigíveis no curto ou no longo prazo, na posição de 31 de dezembro, em que o mutuário é o Distrito Federal. São considerados também os saldos das dívidas da administração indireta honradas pelo Tesouro do Distrito Federal, independentemente de terem sido assumidas formalmente.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à composição e à abrangência.

Para os fins do Programa não estão incluídas na dívida financeira as operações realizadas por antecipação de receitas orçamentárias (ARO), liquidadas dentro do mesmo exercício em que sejam contratadas, os eventuais parcelamentos de responsabilidade do Estado junto ao seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), bem como os precatórios judiciais não pagos.

#### **FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO OU REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS**

Montante correspondente à receita decorrente de operação de crédito para saneamento financeiro de empresas estatais ou reestruturação de dívidas estaduais e de sua correspondente despesa.

#### **INVERSÕES**

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 5ª. Edição, pág. 54<sup>2</sup>).

---

<sup>1</sup> Disponível em 13 de janeiro de 2014:

[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte\\_I\\_-\\_PCO.pdf](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte_I_-_PCO.pdf)



## **INVESTIMENTOS**

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 5ª. Edição pág. 53<sup>2</sup>).

## **JUROS**

Montante correspondente à despesa com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida financeira, discriminado entre intralimite e extralimite.

Os juros intralimite correspondem aos juros das dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70/01. As demais despesas com juros são consideradas extralimite.

Os juros extralimite são apresentados deduzidos das receitas financeiras.

## **NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA**

Montante correspondente ao somatório dos valores da necessidade de financiamento líquida, da despesa com amortizações de dívida e da despesa com capitalização de fundos previdenciários. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos mais do que suficientes para as referidas obrigações.

## **NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA**

Montante necessário para o pagamento dos juros, após a dedução do valor apurado de resultado primário. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos suficientes tanto para o pagamento dos encargos como para o pagamento, pelo menos parcial, das amortizações.

## **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Recursos provenientes de compromissos do Tesouro Distrital com credores situados no país ou no exterior, decorrentes de financiamentos, empréstimos ou colocação de títulos.

## **OUTRAS DESPESAS CORRENTES (ODC)**

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa não financeira (pessoal e sentenças judiciais).

## **OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (OCC)**

Montante equivalente à diferença entre as despesas não financeiras e as despesas com pessoal.

As outras despesas correntes e de capital (OCC) são subdivididas em investimentos, inversões, sentenças judiciais e outras despesas correntes.

Inclui o montante das despesas com transferências a Municípios não consideradas como constitucionais e legais.

<sup>2</sup> Disponível em 13 de janeiro de 2014:

[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte\\_I\\_-\\_PCO.pdf](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte_I_-_PCO.pdf)

**RECEITA BRUTA**

Montante das receitas orçamentárias, excluídos os valores correspondentes a receitas financeiras, operações de crédito e alienação de ativos.

**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**

Montante decorrente da diferença entre os valores das receitas correntes e da despesa com transferências constitucionais e legais a Municípios.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à abrangência e quanto à metodologia de cálculo.

**RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

Montante correspondente ao somatório das receitas tributárias (exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Distrito Federal), de contribuições, patrimoniais (exceto as financeiras), agropecuárias, industriais, de serviços (exceto as financeiras), outras receitas correntes, amortizações de empréstimos e outras receitas de capital.

**RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS**

Montante das receitas de transferências correntes e de capital acrescido do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Distrito Federal.

As receitas de transferências relativas ao FPE, ao FPM, ao IPI – Exportação e à Lei Complementar nº 87/96 consideram o valor integral sobre o qual incide a dedução para o FUNDEB.

**RECEITAS FINANCEIRAS**

Correspondem às receitas de juros de títulos de renda, fundos de investimentos, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados, outras receitas de valores mobiliários e receitas de serviços financeiros.

**RECEITA LÍQUIDA**

Receita resultante da diferença entre os montantes de receita bruta e de despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

**RECEITA LÍQUIDA REAL (RLR)**

Receita definida na Lei nº 9.496/97, no contrato de refinanciamento de dívida com a União, efetuado ao seu amparo, na Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07, e no art. 83 da Lei nº 12.249/10, utilizada para calcular: (a) a relação dívida financeira / RLR (meta 1 do Programa), (b) o serviço da dívida refinanciada, na eventualidade de ser observado o limite de dispêndio previsto no contrato, (c) a relação outras despesas correntes / RLR (compromisso da meta 5 do Programa), e (d) a relação despesas de investimentos e inversões / RLR (meta 6 do Programa).

A RLR corresponde ao montante da receita realizada deduzidos:

- as receitas de operações de crédito;
- as receitas de alienação de bens;
- as receitas de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital;
- as receitas de transferências de que trata o art. 83 da Lei nº 12.249/10;
- os recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07;

- os recursos provenientes de repasses do Fundo Nacional de Saúde a título de Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde, conforme previsto no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/04; e
- as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

#### **RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

São classificados como receita orçamentária todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias. Não fazem parte da receita orçamentária as operações de crédito por antecipação da receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, conforme art. 57 da Lei nº 4.320/64.

Os fundos distritais compõem a execução orçamentária da receita do Distrito Federal.

#### **RESULTADO PRIMÁRIO**

Montante correspondente à diferença entre a receita líquida e as despesas não financeiras.

#### **SENTENÇAS JUDICIAIS**

Despesas orçamentárias resultantes de:

- a) pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição, e no art. 78 do ADCT;
- b) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- c) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do §3º do art. 100 da Constituição;
- d) cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares; e
- e) cumprimento de outras decisões judiciais. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 5ª. Edição pág. 74<sup>3</sup>).

#### **SERVIÇO DA DÍVIDA**

Somatório dos pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida.

### **III – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS**

---

#### **PROJEÇÃO**

Os montantes projetados de receitas e despesas são resultantes de estimativas de responsabilidade do Distrito Federal, acordadas com a STN.

#### **APURAÇÃO DOS DADOS**

Os valores de receitas e despesas, expressos a preços correntes, são extraídos de balancetes mensais do Distrito Federal, todas as fontes, e compatibilizados com o balanço anual.

---

<sup>3</sup> Disponível em 13 de janeiro de 2014:

[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte\\_I\\_-\\_PCO.pdf](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/artigos/Parte_I_-_PCO.pdf)



Os valores das receitas da Gestão Plena de Saúde fornecidos pelo Distrito Federal serão conciliados com as informações contidas na página da internet do Fundo Nacional de Saúde (endereço: <http://www.fns.saude.gov.br/indexExterno.jsf>).

#### **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS E COMPROMISSOS**

A avaliação do cumprimento será efetuada anualmente. Os valores realizados serão apurados utilizando-se a mesma metodologia adotada para a projeção das metas e compromissos do Programa.

À exceção da meta 1, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses e parâmetros estimativos, não haverá qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com as hipóteses e parâmetros efetivamente observados, salvo por erro material. Logo, as metas estabelecidas a preços correntes ou percentuais de receita serão consideradas fixas.

#### **DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO DISTRITO FEDERAL**

O Distrito Federal compromete-se a encaminhar, segundo as respectivas periodicidades, os seguintes dados, informações e documentos de acordo com o modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas:

- Demonstrativo da Execução Orçamentária, todas as fontes – mensalmente;
- Quadro 1.27 – Demonstrativo das receitas relativas à Gestão Plena do Sistema Distrital de Saúde – anualmente;
- Quadro 1.18.a – Demonstrativo das despesas com pessoal e encargos, todas as fontes – anualmente;
- Quadro 1.10.a – Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Distrito Federal, todas as fontes;
- Quadro 1.10.b – Demonstrativo das variações da dívida distrital – anualmente;
- Quadro 1.10.c – Demonstrativo do Estoque e Pagamentos de Precatórios – anualmente;
- Balanço Geral do Distrito Federal – anualmente – até 31 de maio de cada exercício;
- Demonstrativo das receitas e despesas, todas as fontes (quando essa apuração não puder ser feita a partir do Balanço Geral do Distrito Federal) – anualmente; e
- Item 1.9 – Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa) – anualmente – até 31 de maio de cada exercício.

#### **VERIFICAÇÃO QUANTO AO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE NATUREZA ACESSÓRIA DE QUE TRATA O INCISO VI DO ART. 21 DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43/01**

Os prazos de entrega, para fins de comprovação quanto ao adimplemento de que trata o inciso IV do art. 5º da Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, são os estabelecidos neste TET. Porém, quando não especificado, o prazo será o 25º dia do segundo mês subsequente, nos termos da citada Portaria.

Para todos os efeitos, o não cumprimento dos prazos acima especificados implicará que a adimplência para com o Programa não poderá ser atestada na consulta disponibilizada no seguinte endereço eletrônico:

[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/haveres\\_uniao\\_novosite/verificacao\\_adimplencia.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/haveres_uniao_novosite/verificacao_adimplencia.asp)



A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano, o Distrito Federal encaminhará à STN Relatório do Programa – Item 1.9 da seção III deste documento –, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas. Após essa data, havendo indicações decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas que houve o descumprimento das metas 1 ou 2 do Programa, o Distrito Federal terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do Programa, em conformidade com o inciso IV do § 2º do art. 4º da Portaria MF nº 106/12.

Em 2016, o Distrito Federal deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2016-2018. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Distrito Federal. Cabe destacar que a não revisão do Programa em 2016 equivale ao descumprimento de seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70/01, com redação dada pela Lei nº 10.661/03.

## ASPECTOS ESPECÍFICOS

### Cancelamento de Restos a Pagar

Dada a abrangência das despesas do Programa, serão considerados os cancelamentos de restos a pagar (processados e não-processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 2º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 2º bimestre).

Os cancelamentos de restos a pagar serão realizados em conformidade com a orientação prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª. edição, pág 251<sup>4</sup>, abaixo descrita:

O cancelamento de empenhos ou de despesas inscritas em restos a pagar, mesmo não processados, é medida que requer avaliação criteriosa. A LRF não autoriza nem incentiva a quebra de contratos celebrados entre a Administração Pública e seus fornecedores e prestadores de serviços. Assim, embora seja penalizado o gestor irresponsável que deixa de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei, isto não significa que o gestor possa lesar o fornecedor de boa fé.

### Fundos Públicos

Os demonstrativos da execução orçamentária da receita e da despesa, inclusive para a apuração da RLR, incluirão as receitas e despesas de fundos do Distrito Federal constituídos para a condução de programas e projetos de responsabilidade do Tesouro Distrital, tais como políticas sociais, investimentos em infraestrutura econômica, incentivo ou auxílio financeiro ao setor privado.

### Sentenças Judiciais/Precatórios

Conforme a Emenda Constitucional nº 62/09, o Distrito Federal fez a seguinte opção para pagamento de precatórios: depósito mensal em conta especial, controlada pelo Tribunal de Justiça, de percentual fixo 1,5% da RCL mensal média dos últimos doze meses. O estoque de precatórios em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.699.784.843,50. Em 2013, o Distrito Federal desembolsou o montante de R\$ 241.348 mil em pagamento de precatórios, registrados nas seguintes contas:

3.1.20.91.00 – Sentenças Judiciais	R\$ 228.652.042,80
3.1.90.91.00 – Sentenças Judiciais	R\$ 1.919.294,93
3.3.20.91.00 – Sentenças Judiciais	R\$ 9.159.825,22

<sup>4</sup> Disponível em 19 de dezembro de 2013:

[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade\\_Fiscal/Contabilidade\\_Publica/arquivos/MD\\_F\\_5\\_edio.pdf](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Contabilidade_Publica/arquivos/MD_F_5_edio.pdf)



3.3.90.91.00 – Sentenças Judiciais R\$ 1.617.106,91

Para os fins do Programa, as despesas com sentenças judiciais comporão um item específico, independentemente do grupo de natureza de despesas a que se vinculam.

### **Despesas não empenhadas**

A avaliação de cumprimento de metas do Programa incluirá, mesmo que não empenhadas e não pagas pelo Distrito Federal, as despesas com pessoal, as obrigações patronais, o serviço da dívida, as transferências constitucionais e legais a municípios, as transferências de recursos ao FUNDEB e as sentenças judiciais, de competência do exercício, entre outras.

Não obstante o que preceitua o art. 60 da Lei nº 4.320/64, serão também computadas eventuais despesas não empenhadas, mas que tenham sido pagas no exercício (despesas a regularizar).

### **Ajuste decorrente das despesas intraorçamentárias**

Exclusão das despesas intraorçamentárias (modalidade 91), desde que compatibilizadas com as receitas intraorçamentárias registradas nas contas contábeis 476000000 – *Receitas Intraorçamentárias de serviços* e 479000000 – *Outras Receitas Intraorçamentárias Correntes*.

A não compatibilização limitará a exclusão das despesas intraorçamentárias ao valor registrado nas contas contábeis 476000000 – *Receitas Intraorçamentárias de serviços* e 479000000 – *Outras Receitas Intraorçamentárias Correntes*.

### **Apuração do FUNDEB**

Para efeitos do Programa, inclusive para apuração da RLR, os impactos do FUNDEB sobre os fluxos de receitas e despesas obedecerão ao seguinte procedimento:

Serão desconsideradas as rubricas de deduções da receita para o FUNDEB (contas redutoras).

Na eventualidade de a participação do Distrito Federal no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – *Transferências de Recursos do FUNDEB*, exceder, no exercício, os valores repassados ao Fundo, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da receita realizada.

Na eventualidade de a participação do Distrito Federal no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – *Transferências de Recursos do FUNDEB*, ser inferior aos valores repassados ao FUNDEB, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da despesa empenhada, sendo apropriada na rubrica 3.3.3.7.0.41.00 – *Transferência a Instituições Multigovernamentais – Contribuições*.

Em todos os casos, a complementação da União comporá a receita realizada.

O Quadro III - 1 sintetiza os procedimentos de apuração do FUNDEB, considerando o registro contábil efetuado pelo Distrito Federal.

Quadro III - 1 – Demonstrativo da apuração do FUNDEB

Contribuição (A)	Retorno (B)	Ganho/Perda (A – B)
4.9.5.1.1.02.05	4.1.7.2.4.01.00	Se $A > B \Rightarrow$ <b>Perda</b> – Será contabilizada como <b>Despesa</b> , discriminada como outras despesas correntes, no Anexo I – Planilha Gerencial
4.9.5.1.1.02.07		
4.9.5.1.1.03.02		
4.9.5.1.7.01.01		Se $A < B \Rightarrow$ <b>Ganho</b> – Será contabilizado como <b>Receita</b> , discriminada como outras receitas de transferências, no Anexo I – Planilha Gerencial
4.9.5.1.7.01.02		
4.9.5.1.7.01.05		
4.9.5.1.7.01.12		
4.9.5.1.7.01.36		
4.9.5.1.9.01.01		
4.9.5.1.9.01.02		
4.9.5.1.9.01.03		
4.9.5.1.9.01.07		
4.9.5.1.9.01.08		
4.9.5.1.9.01.09		
4.9.5.1.9.03.01		
4.9.5.1.9.03.02		
4.9.5.1.9.03.03		

#### IV – DESCRIÇÃO DAS METAS E ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

##### META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

Manter a dívida financeira total do Distrito Federal (D) em valor não superior ao de sua RLR anual, enquanto o Distrito Federal não liquidar o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Os índices referentes à relação D/RLR são apresentados no Anexo IV da seguinte forma: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Distrito Federal, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2013; o superior acresce à dívida do índice inferior as receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes.

A consideração de operações de crédito a contratar no índice superior não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

##### ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

###### Quanto à Dívida Financeira

###### Origem dos dados

Para cada exercício, a dívida financeira a ser apurada corresponde ao saldo em 31 de dezembro.

O serviço e o saldo realizados da dívida financeira são extraídos de:

- Balancetes mensais todas as fontes compatibilizados com o balanço anual;
- Quadro 1.10.a - Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Distrito Federal, todas as fontes;
- Quadro 1.10.b - Demonstrativo das variações da dívida distrital;



- Quadro 1.17 - Demonstrativo das Condições Contratuais das Dívidas Financeiras do Tesouro Distrital (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas); e
- Quadro 1.21.a - Demonstrativo das Liberações das Operações de Crédito Contratadas e a Contratar elaborado pelo Distrito Federal (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas).

A projeção dos saldos devedores e do serviço da dívida financeira é feita a partir das informações do Quadro 1.17. A dívida financeira projetada incorpora as estimativas de receitas de operações de crédito, internas e externas, contratadas e a contratar, previstas no Anexo V do Programa, expressas em reais, a preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Essas estimativas são provenientes do Quadro 1.21.a.

### **Conciliações**

Os saldos devedores das dívidas na posição de dezembro do último exercício findo informados nos Quadros 1.10 e 1.17 são conciliados com as informações do Balanço Geral e do RGF do 3º quadrimestre e com as informações da COAFI.

O serviço realizado informado no Quadro 1.10.a é conciliado com as informações da COAFI e com os registros dos juros e das amortizações do Balanço Geral todas as fontes.

O saldo devedor dos parcelamentos do INSS é de R\$ 51.710.698,85, valor constante do Sistema Integrado de Gestão Governamental-SIGGO, em 31/12/2013. Ressalta-se que não há outros débitos junto a Receita Federal do Brasil – RFB, conforme a emissão da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

### **Dívidas da Administração Indireta**

Para efeito de projeção do saldo devedor, compõem a dívida financeira do Distrito Federal as seguintes dívidas de entidades da administração indireta:

Quadro IV - 1 – Dívidas não assumidas formalmente pelo tesouro distrital

Entidade	Especificação	Saldo Devedor R\$ 1,00 dez/13
CODHAB	Contratos de habitação	76.218.565, 91
TCB	Parcelamento do INSS	17.765.991,62
NOVACAP	Parcelamento do INSS	33.944.707,23
<b>TOTAL</b>		<b>127.929.264,76</b>

### **Ajustes na projeção para avaliação**

Para efeito de avaliação, a projeção da dívida financeira será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, os seguintes procedimentos:

- para a projeção do estoque das dívidas sujeitas à variação cambial: aplica-se sobre esse estoque o multiplicador correspondente à variação real do câmbio. A fórmula do multiplicador é: (Taxa de câmbio do exercício avaliado / Taxa de câmbio do exercício base para projeção) / (1 + variação percentual do IGP-DI acumulado no período). As taxas de câmbio referem-se às de fechamento, de venda no último dia útil dos respectivos exercícios; e
- para a projeção das receitas de operações de crédito: substituem-se os valores projetados, considerados os efeitos de eventuais redistribuições, pelos realizados, os quais são obtidos a partir do quadro 1.21.b - Demonstrativo das Liberações de Operações de Crédito em 2013, conforme modelo estabelecido em Termo de Referência

das Missões Técnicas. No caso de receitas de operações de crédito externas, o valor realizado será ajustado pela variação do câmbio correspondente ao período compreendido entre a liberação e o mês de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. No caso das operações de crédito internas, o valor realizado será deflacionado para preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa.

Não haverá ajuste da dívida financeira decorrente de inadimplências contratuais.

### Quanto à Receita Líquida Real

#### Projeção

Para a projeção dos três primeiros exercícios do Programa, a RLR será estimada para o período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Tal projeção é decorrente de estimativas de responsabilidade do Distrito Federal, acordadas com a STN. Para a projeção dos demais exercícios, será aplicada uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

#### Ajustes na projeção para avaliação

Para efeito de avaliação, a projeção da RLR será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, os seguintes procedimentos:

- para apuração do montante nominal projetado da RLR: substitui-se o IGP-DI médio anual projetado pelo realizado; e
- para apuração da projeção da RLR utilizada no cálculo do limite mensal de comprometimento do serviço da dívida: substitui-se o IGP-DI mensal projetado pelo realizado.

#### Apuração

A RLR apurada refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços constantes do mês de dezembro do ano avaliado. A apuração relativa à dedução de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07, é obtida pela soma dos resultados da aplicação de percentuais sobre as respectivas receitas, conforme apresentado no Quadro IV - 2.

Quadro IV - 2 – Dedução da RLR (Lei nº 11.533/07)

Base de Cálculo (A)	Percentuais (B)	Resultado (C) = (A) x (B)
ICMS (principal+acessórias – FECEP)	15%*75%	C <sub>1</sub>
FPE	15%	C <sub>2</sub>
IPI	15%*75%	C <sub>3</sub>
Lei Kandir	15%	C <sub>4</sub>
Dedução		$\sum_{i=1}^4 C_i$

### Quanto à Relação D / RLR

#### Avaliação

A avaliação do cumprimento da meta 1 dar-se-á pela comparação entre a meta ajustada e o resultado apurado.

### META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO

Estabelece os montantes relativos ao resultado primário, expressos a preços correntes, projetados para o triênio.

No caso de eventual frustração de alguma receita, o Distrito Federal se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Distrito Federal se compromete a não gerar atrasos / deficiências em cada exercício do triênio.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

##### **- FUNDO DE PREVIDÊNCIA**

Para efeitos do Programa, as aquisições de títulos de crédito e capitalizações do Fundo Previdenciário não são consideradas como despesas não financeiras.

##### **- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO**

O contrato nº 1.288/OC/BR, firmado entre o GDF e o BID, tem como um dos executores a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), com cláusula contratual de ressarcimento, para o GDF, das amortizações e dos encargos, no prazo de vigência do referido contrato. A amortização e os encargos restituídos pela CAESB são contabilizados pelo GDF como receita corrente de serviços financeiros, e ajustados no Programa para a conta contábil 2.3.0.0.70.02 – “Amortização de Empréstimos – em Contrato”.

#### **META 3 – DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO**

Estabelece a relação percentual entre os montantes projetados das despesas com pessoal e da RCL, a qual deverá ser limitada a 60,00% em cada ano do triênio referido no Programa.

Para os fins do Programa não estão incluídas as seguintes despesas com pessoal:

- a) indenizações por demissão e com programas de incentivos à demissão voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
- b) decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais; e
- c) demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

##### **Quanto à Despesas com Pessoal**

###### ***Projeção***

A projeção das despesas com funcionalismo público deverá contemplar as doze folhas de pagamento de competência do exercício, o décimo terceiro salário e o adicional de férias.

###### **Origem dos dados**

As informações sobre a despesa com pessoal são extraídas do Demonstrativo da Execução Orçamentária, e dos quadros 1.18.a – Demonstrativo das Despesas com Pessoal e Encargos, e 1.18.b – Demonstrativo do RPPS, (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas).

Despesa com pessoal civil do Poder Executivo (administração direta e indireta) e dos Demais Poderes – corresponde à soma das seguintes contas: “Contratação por tempo determinado”, “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil” e “Outras despesas variáveis – pessoal civil”.

Despesa com pessoal militar do Poder Executivo (administração direta) – corresponde à soma das seguintes contas: “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar” e “Outras despesas variáveis – pessoal militar”.

Despesa com Inativos e Pensionistas – corresponde ao custo do sistema previdenciário para o tesouro distrital, na forma do item “Inativos e Pensionistas” do Anexo I do Programa. As

despesas com aposentadorias e pensões especiais, não previdenciárias, não compõem as despesas com inativos e pensionistas.

O Distrito Federal institucionalizou o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/DF em consonância com a Lei nº 9.717/98, por meio da Lei Complementar Distrital nº 769, de 30 de junho de 2008. O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF tem a função de gerir o RPPS/DF.

Foram abrangidos pelo novo sistema de previdência, conforme definido no artigo 1º da referida Lei: “todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos e inativos e os pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes”. A massa dos servidores foi segregada em duas, a saber:

- a primeira, composta pelos servidores que ingressaram na carreira pública até 31 de dezembro de 2006. Tais servidores terão seus benefícios previdenciários suportados pelo FUNDO FINANCEIRO, que hoje opera sob o regime de caixa – ou seja, os recursos descontados dos ativos são usados para o pagamento dos benefícios dos inativos, com o Tesouro do Distrito Federal assumindo as eventuais diferenças entre os valores arrecadados e as despesas do regime; e
- a segunda, composta pelos servidores que ingressaram na carreira pública a partir de 01 de janeiro de 2007, é vinculada ao FUNDO PREVIDENCIÁRIO administrado pelo IPREV/DF. Ao contrário do FUNDO FINANCEIRO, o FUNDO PREVIDENCIÁRIO opera sob o regime capitalizado. Nesse modelo, as contribuições dos servidores segurados juntamente com as contribuições patronais são acumuladas em forma de poupança e aplicadas no mercado financeiro com o propósito de se constituir um volume de recursos capaz de suportar os benefícios previdenciários dos próprios segurados.

### **Apuração**

Na apuração da insuficiência financeira, referente à execução das receitas e despesas da Unidade Orçamentária da Unidade Orçamentária 320203 – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – (IPREV), consideram-se as seguintes informações:

#### **(I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5)**

##### **1. Contribuições Previdenciárias ao RPPS – soma das seguintes rubricas contábeis:**

<b>Conta contábil</b>	<b>Descrição</b>
421310201	Contribuição de Servidor Ativo Militar do DF
421310202	Contribuição de Servidor Inativo Militar do DF
421310203	Contribuição de Pensionista Militar do DF
421410201	Contribuição de Servidor Ativo Civil – RPPS/Financeiro
421410202	Contribuição de Servidor Inativo para RPPS/Financeiro
421410204	Contribuição de Pensionista para o RPPS/Financeiro
421410205	Contribuição de Servidor Ativo da Câmara Legislativa do DF
421410206	Contribuição de Servidor Ativo do Tribunal De Contas do DF
421410207	Contribuição de Servidor Inativo da Câmara Legislativa do DF
421410208	Contribuição de Servidor Inativo do Tribunal de Contas do DF
421410209	Contribuição de Pensionista da Câmara Legislativa do DF
421410210	Contribuição de Pensionista do Tribunal de Contas do DF
421410211	Contribuição de Servidor Ativo da Polícia Civil do DF
421410212	Contribuição de Servidor Inativo da Polícia Civil do DF
421410213	Contribuição de Pensionista da Polícia Civil do DF
421410299	Outras Contribuições do Servidor para o RPPS

As receitas de contribuições dos servidores das áreas de Segurança, Saúde e Educação são destinadas ao pagamento das despesas com aposentadorias e pensões dos demais servidores, uma vez que, os pagamentos dos benefícios dessas áreas são realizados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

##### **2. Contribuições Previdenciárias Patronais ao RPPS – Operações Intra-Orçamentárias – soma das seguintes rubricas contábeis:**

<b>Conta contábil</b>	<b>Descrição</b>
421120101	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil

##### **3. Receita Patrimonial**

<b>Conta contábil</b>	<b>Descrição</b>
445311001	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BRB Renda Fixa
445311002	Rem.Dep.Bancários Do RPPS – Banco do Brasil Renda Fixa
445311003	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - CEF Renda Fixa

##### **4. Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS**

<b>Conta contábil</b>	<b>Descrição</b>
499130100	Compensação Financeira Entre Regime Geral e o RPPS

##### **5. Outras Receitas**

<b>Conta contábil</b>	<b>Descrição</b>
442910200	Multas, Juros e Encargos de Mora de Contribuições

(II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (soma das seguintes rubricas contábeis):

Conta contábil	Descrição
321300000	Reserva Remunerada e Reformas – Militar
321400000	Aposentadorias – Cíveis
322300000	Pensões – Militar
322400000	Pensões – Cíveis
329410502	Auxílio Reclusão
329411202	Salário Família Inativos Cíveis
311410300	Sentenças Judiciais – RPPS Financeiro

O FCDF paga totalidade das aposentadorias e pensões da área de Segurança e de maior parte das áreas de Saúde e Educação. Quando os recursos do fundo para as áreas da Saúde e Educação são insuficientes, o GDF os complementa.

(III) RESULTADO = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

A contribuição patronal do ente para o fundo financeiro não é repassada integralmente, mas apenas o valor suficiente para, somado às contribuições dos servidores, quitar as aposentadorias e pensões deste fundo.

**APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO**

Na apuração do resultado financeiro do Fundo Previdenciário, referente à execução das receitas e despesas da Unidade Gestora 320204 (Fundo Capitalizado de Previdência do DF) – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – (IPREV), consideram-se as seguintes informações:

(I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5)

1. Contribuições Previdenciárias ao RPPS – soma das seguintes rubricas contábeis:

Conta contábil	Descrição
421110201	Contribuição de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio de Previdência
421110202	Contribuição de Servidor Inativo para Regime Próprio de Previdência
421110204	Contribuição de Pensionista para Regime Próprio de Previdência
421110205	Contribuição de Servidor Ativo da Câmara Legislativa do DF
421110206	Contribuição de Servidor Ativo do Tribunal De Contas do DF

2. Contribuições Previdenciárias Patronais ao RPPS – Operações Intra-Orçamentárias – soma das seguintes rubricas contábeis:

Conta contábil	Descrição
421120101	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil

3. Receita Patrimonial

Conta contábil	Descrição
445311001	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BRB Renda Fixa
445311002	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BB Renda Fixa
445311003	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - CEF Renda Fixa
445312001	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BRB Renda Variável
445312002	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BB Renda Variável

445312003	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - CEF Renda Variável
445313001	Rem.Dep.Bancários Do RPPS – BRB Fundo Imobiliário
445313002	Rem.Dep.Bancários Do RPPS – BB Fundo Imobiliário
445313003	Rem.Dep.Bancários Do RPPS – CEF Fundo Imobiliário

#### 4. Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS

Conta contábil	Descrição
	Não há registro de Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS no Fundo Previdenciário.

#### 5. Outras Receitas Previdenciárias

Conta contábil	Descrição
442910200	Multa, Juros e encargos de Mora de Contribuições

#### (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (soma das seguintes rubricas contábeis):

Conta contábil	Descrição
321110000	Aposentadorias
322110000	Pensões
329110502	Auxílio Reclusão
329111202	Salário Família Inativo

#### (III) RESULTADO = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Eventual resultado financeiro superavitário não será considerado para fins do Programa.

Outras Despesas com Pessoal - As outras despesas devem corresponder à soma das demais rubricas de despesas com pessoal contabilizadas no grupo 1 (3.1.00.00.00) excetuadas: despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais e indenizações e restituições trabalhistas.

As despesas com obrigações patronais e as despesas com aposentadorias e pensões especiais, de natureza não previdenciária, compõem as outras despesas com pessoal.

Não devem ser consideradas, no cálculo da despesa bruta com pessoal, as espécies indenizatórias, tais como ajuda de custo, diárias, auxílio-transporte, auxílio-moradia e auxílio-alimentação. As despesas indenizatórias são aquelas cujo recebimento possui caráter eventual e transitório, em que o Poder Público é obrigado a oferecer contraprestação por despesas extraordinárias não abrangidas pela remuneração mensal e realizadas no interesse do serviço, razão pela qual as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Também não são consideradas as despesas de caráter assistencial, tais como auxílio-funeral, auxílio-creche ou assistência pré-escolar, auxílio-natalidade, assistência à saúde e outros assemelhados definidos na legislação própria de cada Ente da Federação. (Manual de Demonstrativos Fiscais – 5ª. Edição, pg. 542<sup>5</sup>)

#### Avaliação

Caso existam despesas de inativos e pensionistas, de responsabilidade do tesouro estadual, custeadas com recursos de outras fontes, serão consideradas para fins de avaliação do Programa, uma vez que compõem o cálculo da insuficiência financeira do RPPS.

<sup>5</sup> Disponível em 19 de dezembro de 2013:

[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade\\_Fiscal/Contabilidade\\_Publica/arquivos/MD\\_F\\_5\\_edio.pdf](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Contabilidade_Publica/arquivos/MD_F_5_edio.pdf)

### **Quanto à Despesas com Pessoal**

Refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços correntes. A projeção de receitas e despesas com transferências constitucionais e legais a municípios é de responsabilidade do Distrito Federal, acordada com a STN.

#### **META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

Estabelece os montantes anuais projetados das receitas de arrecadação própria, a preços correntes, para o triênio referido no Programa.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Distrito Federal será considerada como receita de transferências.

#### **META 5 – REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS,**

Estabelece compromissos anuais em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento da transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto e racionalização ou limitação de despesas.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

O compromisso referente ao Relatório do Programa será avaliado conforme os critérios de elaboração estabelecidos no Termo de Referência.

As receitas de alienação de ativos são apresentadas deduzidas das despesas de inversões financeiras relativas à aquisição de títulos de crédito.

Apesar de haver previsão de alienação de ativos para o triênio, esses valores não compõem a meta, que ficou restrita a compromissos.

A receita de alienação de ativos projetada para 2014 refere-se à possibilidade de venda de ativos pelo Governo do Distrito Federal.

#### **META 6 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**

Estabelece os limites para a realização de despesas de investimentos e inversões, expressos como relação percentual da RLR a preços correntes, para os exercícios projetados no Programa.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Aplicam-se os critérios metodológicos de projeção, apuração e avaliação, mencionados na meta 1, subitem “Quanto à Receita Líquida Real”, exceto que a RLR também é expressa a preços correntes.

### **V – DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR**

---

#### ***Das operações de crédito protocoladas***

Consideram-se operações de crédito protocoladas até 31 de dezembro do ano anterior aquelas cuja entrega foi formalizada no setor de Protocolo da Secretaria do Tesouro Nacional para fins de verificação de limites e condições de endividamento previstos nas Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001.

### ***Das operações de crédito distratadas***

Mediante solicitação, o montante não desembolsado das operações de crédito formalmente distratadas poderá ser utilizado para recompor o limite das operações de crédito a contratar, sem incidência de atualização monetária anterior.

### ***Atualização Anual***

Independentemente de haver revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, cujos pleitos **não tenham sido protocolados** na STN até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado e ajustado anualmente pela variação do IGP-DI, após a divulgação do referido índice.

O ajuste das operações de crédito orientar-se-á conforme os seguintes critérios:

- a) para as operações internas: buscar-se-á manter os valores nominais previstos no Anexo V desta revisão do Programa; e
- b) para as operações externas: buscar-se-á adequar os valores nominais aos correspondentes em moeda estrangeira, observando os valores recomendados pela COFIEIX ou os previstos no Anexo V desta revisão do Programa.

Caso um pleito resulte na verificação de que o Distrito Federal não cumpre os limites e condições necessários à contratação, ou em caso de desistência formalizada, o saldo da operação de crédito correspondente receberá o mesmo tratamento das operações não protocoladas.

### ***Atualização na Revisão do Programa***

Por ocasião da revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, **não contratadas** até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior, sendo permitida a redistribuição dos montantes decorrentes dessa atualização. As operações contratadas até 31 de dezembro do ano anterior serão excluídas do limite global a contratar pelo valor previsto no Anexo V.

### ***Redistribuição das operações de crédito a contratar***

Excepcionalmente, o Distrito Federal poderá manifestar-se formalmente solicitando a redistribuição das operações de crédito a contratar, observado limite global a contratar do Anexo V. Os saldos das operações cujos pleitos tenham sido protocolados perante a STN não poderão ser redistribuídos, salvo pedido formal de desistência encaminhado pelo Distrito Federal.

### ***Verificação de limites e condições***

Para fins de instrução de pleitos perante a STN, serão considerados os seguintes critérios:

- a) o pedido de verificação de limites e condições deverá apresentar especificações compatíveis, inclusive quanto à denominação, com as estimativas constantes no Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
- b) para as operações de crédito internas:
  - i. o montante a contratar será autorizado até o valor previsto no Anexo V do Programa na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e
  - ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar será autorizado até o valor atualizado pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito.
- c) para as operações de crédito externas:
  - i. o montante a contratar será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira, pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e

- ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar, após atualização pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito, será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da referida análise.

O valor do financiamento previsto nas cartas-consulta submetidas à COFIEIX deve guardar consonância com aquele previsto no Anexo V do Programa. Em caso de divergência, o Distrito Federal deverá adequar o montante da operação de crédito ao do Anexo V do Programa ou, alternativamente, redistribuir o valor da operação de crédito a contratar, conforme critérios definidos anteriormente.

#### **Apuração do novo limite a contratar**

Esta revisão do Programa estabeleceu como novo limite de contratação o montante de R\$ 3.039.682 mil, de acordo com os cálculos apresentados no Quadro V - 1:

**Quadro V-1 – Demonstrativo do novo limite a contratar.**

Item	Descrição da Origem do Saldo	Valor (R\$ mil)	Operação
A	Limite a contratar previsto na 11ª revisão do Programa	4.123.544	-
B	Operações contratadas em 2012	807.935	-
C	Saldo a contratar em 2013 na posição de 31/12/2011	3.315.608	C=A-B
D	Atualização monetária do limite a contratar (*)	268.454	D=CxIGP-DI
E	Saldo a contratar em 2013 na posição em 31/12/2012	3.584.063	E=C+D
F	Operações contratadas em 2013	853.822	-
G	Saldo do limite a contratar na posição de 31/12/2012	2.730.241	G=E-F
H	Atualização monetária do limite a contratar (**)	150.665	H=GxIGP-DI
I	Operações em execução com distrato formalizado pelo DF	158.777	-
J	Saldo do limite a contratar na posição de 31/12/2013	3.039.682	J=G+H-I
K	Acréscimo ao limite a contratar	0	-
L	Novo limite a contratar	3.039.682	L=J+K

(\*) Fator de Atualização IGP-DI = (IGP-DI (dez/2012) ÷ IGP-DI (dez/2011)) - 1 ⇔ (503,283 ÷ 465,586) - 1 = 0,08096678164721 (variação positiva de 8,10% entre dez/2011 e dez/2012).

(\*\*) Fator de Atualização IGP-DI = (IGP-DI (dez/2013) ÷ IGP-DI (dez/2012)) - 1 ⇔ (531,0560 ÷ 503,2830) - 1 = 0,055183664 (variação positiva de 5,52% entre dez/2012 e dez/2013).

**Quadro V-2.a – Operações de crédito contratadas em 2012.**

Denominação	Valor (dez/2011 - R\$ mil)
PROJ. DE OBRAS / INVEST. NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEB	160.000
SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – EIXO SUL	561.523
PROG. FINANC. CONTRAP. DO PAC – CPAC – PARANOÁ PARQUE	45.000
PEF II (METRÔ E TERMINAIS DE ÔNIBUS)	41.412
<b>Total</b>	<b>807.935</b>

**Quadro V-2.b – Operações de crédito contratadas em 2013.**

Denominação	Valor (dez/2011 - R\$ mil) (A)	Valor (dez/2012 - R\$ mil) (B)	Diferença (C)=(B)-(A)
SIST. DE TRANSP. DE PASSAGEIROS – EIXO OESTE	478.717	517.477	38.760
PROINVEST – EIXO NORTE	311.152	336.345	25.193
<b>Total</b>	<b>789.869</b>	<b>853.822</b>	<b>63.953</b>

As operações de crédito a contratar, que estavam previstas na 11ª revisão do Programa, mas que não foram contratadas durante a sua vigência, tiveram seus valores reposicionados, conforme quadro V-3.a.

Quadro V-3.a – Operações de crédito não contratadas em 2012 e 2013

Denominação (*)	Valores em R\$ mil						
	Valor (dez/2011) (A)	Valor (dez/2012) (B)	Diferença (C)=(B)- (A)	Valor (dez/2013) (D)	Diferença (E)=(D)- (B)	Valor desta Revisão (F)	Diferença (G)=(F)- (D)
<b>Operações não protocoladas até dezembro de 2013</b>							
PRODETUR	65.694	71.012	5.319	74.931	3.919	74.931	0
PROGRAMA RURAL	78.832	85.215	6.383	89.917	4.702	81.682	-8.235
SALDO A ESPECIFICAR	226.933	245.307	18.374	258.844	13.537	0	-258.844
CPAC RIACHO FUNDO II - 3ª ETAPA	18.845	20.371	1.526	21.495	1.124	21.495	0
CPAC MORAR BEM PLANALTINA	52.401	56.644	4.243	59.770	3.126	59.770	0
CPAC SÃO SEBASTIÃO - CRIXÁ	39.932	43.165	3.233	45.548	2.382	45.548	0
CPAC SÃO SEBASTIÃO - NACIONAL	45.725	49.427	3.702	52.155	2.728	52.155	0
CPAC RECANTO DAS EMAS - QUADRAS 117 E 118	24.336	26.307	1.970	27.758	1.452	27.758	0
CPAC SOBRADINHO - NOVA COLINA	35.674	38.562	2.888	40.690	2.128	40.690	0
MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF	6.312	6.823	511	7.200	377	7.200	0
BRÁSILIA SUSTENTÁVEL II	204.745	221.322	16.578	233.536	12.213	233.536	0
OBRAS MELHORIAS SIST VIÁRIO EQUIP URB - EIXO NORTE	368.221	398.035	29.814	420.000	21.965	322.100	-97.900
AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE - VLT	94.685	102.352	7.666	108.000	5.648	0	-108.000
CPAC VARGEM DA BÊNÇÃO - 1ª ETAPA	86.014	92.978	6.964	98.109	5.131	98.109	0
CPAC RIACHO FUNDO II - 4ª ETAPA	22.232	24.032	1.800	25.358	1.326	25.358	0
CPAC RIACHO FUNDO II - 5ª ETAPA	59.430	64.242	4.812	67.787	3.545	67.787	0
CPAC ITAPOÃ PARQUE	41.009	44.329	3.320	46.775	2.446	46.775	0
MOBILIDADE INTEGRADA - ASFALTO NOVO - CALÇADAS - CICLOVIAS	438.359	473.851	35.492	500.000	26.149	500.000	0
<b>Sub-total (I)</b>	<b>1.909.379</b>	<b>2.063.976</b>	<b>154.596</b>	<b>2.177.873</b>	<b>113.898</b>	<b>1.704.894</b>	<b>-472.979</b>
<b>Operações protocoladas até dezembro de 2013</b>							
PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - VICENTE PIRES	368.153	397.961	29.808	419.922	21.961	397.961	-21.961
PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - ARNIQUEIRAS 1ª ETAPA	44.055	47.622	3.567	50.250	2.628	47.622	-2.627
PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - BURITIS	17.930	19.382	1.452	20.452	1.070	19.381	-1.070
PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - PORTO RICO	32.411	35.035	2.624	36.968	1.933	35.035	-1.934
<b>Sub-total (II)</b>	<b>462.549</b>	<b>500.000</b>	<b>37.451</b>	<b>527.592</b>	<b>27.592</b>	<b>500.000</b>	<b>-27.592</b>
<b>Operações protocoladas até dezembro de 2012</b>							
PRODEFAZ / PROFISCO	60.021	64.881	4.860	68.462	3.580	74.958	6.496
PROCIDADES - PROG DESENVOLV ECONÔMICO DF - ADES	93.790	101.384	7.594	106.979	5.595	117.130	10.151
PROG GESTÃO DAS ÁGUAS E DREN URBANA - AGUAS DO DF (**)	110.788	110.788	0	110.788	0	0	-110.788
PROG DE MODERN DA GESTÃO PÚBLICA DO DF (SWAPP) (**)	47.989	47.989	0	47.989	0	0	-47.989
<b>Sub-total (III)</b>	<b>312.588</b>	<b>325.042</b>	<b>12.454</b>	<b>334.217</b>	<b>9.175</b>	<b>192.088</b>	<b>-142.130</b>
<b>Total (IV): (I)+(II)+(III)</b>	<b>2.684.517</b>	<b>2.889.018</b>	<b>204.501</b>	<b>3.039.682</b>	<b>150.665</b>	<b>2.396.982</b>	<b>-642.701</b>

(\*) Operações previstas no Anexo V do Programa, atualizadas conforme redistribuição realizada por intermédio da Nota 152/2014/COREM/SURIN/STN, de 29 de agosto de 2014.

(\*\*) O Distrito Federal, por meio do Ofício nº 144/2014/GAG, de 02 de setembro de 2014, informou o distrato das operações de crédito em execução PROG DE MODERN DA GESTÃO PÚBLICA DO DF (SWAPP), no valor de R\$ 47.989 mil, a preços de 2011 e PROG GESTÃO DAS ÁGUAS E DREN URBANA - AGUAS DO DF, no valor de R\$ 110.788 mil, a preços de 2011. Dessa forma, essas operações voltaram a compor o limite a contratar do Anexo V do Programa.

O quadro V-3.b decompõe a atualização monetária do item E do quadro V-1.

Quadro V-3.b – Demonstrativo da atualização monetária de 2012

Item	Discriminação	Valor (R\$ mil)	Operação
A	Coluna (C) do quadro V-2.b	63.953	-
B	Coluna (C) do quadro V-3.a	204.501	-
C	Item (E) do quadro V-1	268.454	C=A+B

A diferença observada na coluna G do Quadro V-3.a permitiu a inclusão no Anexo V de seis novas operações de crédito, no valor total de R\$ 642.701 mil. O quadro V-4 detalha as operações que foram incluídas.

Quadro V-4 – Operações de crédito incluídas por substituição no Anexo V

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Valor (R\$ mil dez/13)
AQUISIÇÃO DE 10 TRENS PARA A LINHA 1 DO METRÔ DF	BNDES	220.000
AQUISIÇÃO DE 10 VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS PARA A LINHA 1 DO VLT	BNDES	120.000
ESTAÇÕES 104,106 E 110 SUL DO METRÔ	BNDES	75.000
LIGAÇÃO TORTO COLORADO	BNDES	79.701
PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS VIAS URBANAS - POR DO SOL	CAIXA	50.000
TREVO DE TRIAGEM NORTE - TTN	BNDES	98.000
<b>TOTAL</b>		<b>642.701</b>

O quadro V-5 apresenta todas as operações de crédito a contratar previstas no Programa relativo ao triênio 2014-2016.

Quadro V-5 – Discriminação das operações de crédito a contratar da 12ª revisão

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Valor (R\$ mil dez/13)
Brasília Sustentável II	BID	233.536
PROCIDADES - Prog. Desenv. Econômico DF - ADES	BID	117.130
PRODEFAZ / PROFISCO	BID	74.958
PRODETUR	BID	74.931
Programa Rural	CAF	81.682
Aquisição de 10 Trens para a Linha 1 do Metrô DF	BNDES	220.000
Aquisição de 10 Veículos Leves sobre Trilhos Para a Linha 1 do VLT	BNDES	120.000
CPAC Sobradinho - Nova Colina	B. BRASIL	40.690
CPAC Itapoã Parque	B. BRASIL	46.775
CPAC Morar Bem Planaltina	CAIXA	59.770
CPAC Recanto das Emas - Quadras 117 e 118	B. BRASIL	27.758
CPAC Riacho Fundo II - 3ª Etapa	CAIXA	21.495
CPAC Riacho Fundo II - 4ª Etapa	CAIXA	25.358
CPAC Riacho Fundo II - 5ª Etapa	B. BRASIL	67.787
CPAC São Sebastião - Crixá	CAIXA	45.548
CPAC São Sebastião - Nacional	CAIXA	52.155
CPAC Vargem da Bênção - 1ª Etapa	CAIXA	98.109
Estações 104, 106 e 110 Sul do Metrô	BNDES	75.000
Ligação Torto Colorado	BNDES	79.701
Mobilidade Integrada - Asfalto Novo - Calçadas - Ciclovias	B. BRASIL	500.000
Modernização e Aparentamento da Defensoria Pública do DF	BNDES	7.200
Obras Melhorias Sist. Viário Equip. Urb. - Eixo Norte	BNDES	322.100
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas - Por do Sol	CAIXA	50.000
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas - Arniqueiras 1ª Etapa	CAIXA	47.622
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas - Buritis	CAIXA	19.381
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas - Porto Rico	CAIXA	35.035
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas - Vicente Pires	CAIXA	397.961
Trevo de Triagem Norte - TTN	BNDES	98.000
<b>TOTAL</b>		<b>3.039.682</b>

Por indicação do Distrito Federal, a operação de crédito Brasília Sustentável II apresenta valor correspondente em moeda estrangeira inferior ao recomendado na 101ª reunião da COFLEX.